

## PROJETO DE LEI nº

Dispõe sobre a aplicação da "trava" nos valores de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU de imóveis de propriedade de servidores públicos municipais.

## A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1° O art. 9° da Lei 15.889, de 05 de novembro de 2013, fica acrescido do inciso III na seguinte conformidade:

"Art.9" ...

. . .

III – no caso de imóveis com utilização exclusiva ou predominantemente residencial, de propriedade de servidores públicos municipais, da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de São Paulo, ao percentual aplicado na revisão geral anual a que se refere a Lei nº 13.303, de 18 de janeiro de 2002, do exercício anterior ao do lançamento, não se aplicando o disposto no inciso I."

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

CELSO GIANNAZI Vereador - PSOL



## **JUSTIFICATIVA**

A presente proposta tem como objetivo limitar os valores de lançamento do IPTU de imóveis de propriedade de servidores públicos municipais ao percentual aplicado na revisão geral anual do ano anterior.